

Hortas comunitárias e reintegração social: uma análise das suas vantagens no sistema APAC de Sete Lagoas, Minas Gerais

Community gardens and social reintegration: an analysis of their aspects in the APAC of Sete Lagoas, State of Minas Gerais, Brazil

RESUMO

A agricultura urbana tem alcançado significativo avanço no Brasil enquanto alternativa de desenvolvimento local. Especificamente no município de Sete Lagoas-MG, se consolidou como referência internacional em hortas urbanas comunitárias com um histórico de 34 anos. No mesmo município, observa-se a existência de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), que se apresenta enquanto um método de recuperação do indivíduo baseado na reinclusão econômica e social, com baixos índices de reincidência ao crime em comparação aos sistemas tradicionais. Neste contexto, o presente relato de experiência teve por objetivo geral apresentar as contribuições da implementação de uma horta comunitária em uma APAC. Para tal, propôs-se por meio de uma pesquisa qualitativa participante e uso de questionários, diário de campo e fotografias, analisar os benefícios da horta comunitária para 30 recuperandos, durante os 17 meses de projeto. Os resultados da pesquisa apontam para um projeto de extensão que serviu de alternativa para geração de renda, avanços sociais e psíquicos como o reforço do convívio social, e diversidade alimentar e nutricional. Tais resultados mostram o quanto a combinação dessas vertentes tem potencial para auxiliar na reintegração social e econômica dos egressos do sistema prisional.

Palavras-chave: APACs. Hortas comunitárias. Extensão universitária.

ABSTRACT

Urban agriculture has achieved significant progress in Brazil as an alternative of local development. Specifically in the municipality of Sete Lagoas, State of Minas Gerais, Brazil, it was consolidated as an international reference in urban community gardens with a 34 years history. In the same municipality, there is an Association for the Protection and Assistance of Convicted People (APAC), which presents itself as a method of recovering the individual based on economic and social reinclusion, with low rates of recidivism

Aline Oliveira Souza

Graduanda em Engenharia Agrônoma na Universidade Federal de São João del Rei, Campus Sete Lagoas, Minas Gerais, Brasil. (alinesagro@gmail.com).

Daniel Calbino Pinheiro

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; professor adjunto I da Universidade Federal de São João del Rei, Campus Sete Lagoas, Minas Gerais, Brasil. (dcalbino@ufsj.edu.br).

of crime compared to traditional systems. In this context, the present experience report had the general objective to present the contributions of the implementation of a community garden in an APAC. To do this, through a participatory qualitative research and the use of questionnaires, field diaries and photographs, it was proposed to analyze the benefits of community gardens for 30 subjects in recovering, during the 17 months of the project. The results of the research point to an extension project that served as an alternative for income generation, social and psychological advances such as strengthening social interaction, and food and nutritional diversity. These results show how the combination of these aspects has the potential to assist on the social and economic reintegration of egresses from the prison system.

¹ Os condenados são chamados de recuperandos para evitar o uso de rótulos como preso, interno, apenado, condenado e encarcerado, que acabam por depreciar o aspecto humano e retiram a subjetividade e a essência do sujeito em questão.

Keywords: APACs. Community gardens. University extension.

INTRODUÇÃO

Em uma palestra na Universidade Federal de São João del Rei (UFJS), Campus Sete Lagoas, o palestrante Flávio Tófani, idealizador do projeto Tio Flávio Cultural, narrou o trabalho que desenvolve com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – entidade civil destinada à recuperação e reintegração de detentos – de todo o Estado de Minas Gerais.

A equipe do projeto, membros da Empresa Júnior de Agronomia da UFSJ, fizeram uma visita *in loco* na unidade de Sete Lagoas para conhecer o sistema prisional e a metodologia APAC, que também dá nome a todas as unidades espalhadas pelo país. A partir daí, surgiu o interesse em desenvolver um projeto de extensão no intuito de criar uma horta comunitária, instruir os recuperandos¹ quanto aos conceitos teóricos e práticos de manejo de hortas comunitárias, e propiciar aos demais alunos voluntários uma experiência científica, extensionista e social, integrando universidade e a sociedade.

A APAC Sete Lagoas conta com aproximadamente 100 recuperandos, que cumprem sua pena e têm a possibilidade de realizar diversas atividades como artesanato, fabricação de blocos de concreto, produção animal, entre outras. Os recursos financeiros arrecadados

com as atividades desenvolvidas são destinados à manutenção das APACs. Por meio das atividades laborais, o recuperando, durante sua pena, tem a possibilidade de se capacitar, facilitando seu retorno à sociedade. Esta metodologia aumenta a chance dele retornar à sociedade sem traumas e sem preconceitos, podendo ter uma vida normal (SHECAIRA; CORRÊA JUNIOR, 1995).

O projeto de extensão da UFSJ, denominado Elo, consistiu na implantação de uma horta Comunitária na APAC Sete Lagoas-MG no ano de 2015. Segundo Castro (2004), as hortas colocam os recuperandos em contato com as características do ambiente, despertando-as para a crítica dos valores econômicos e sociais, além de propiciar o acesso a tecnologias simples de produção de alimentos. Assim, com o intuito de corroborar para a ressocialização dos recuperandos, o projeto visou melhorias econômicas, sociais e nutricionais, e ainda auxiliá-los na reinserção no mercado de trabalho e na sociedade após o cumprimento da pena, já que a capacitação promovida envolveu, além do aprendizado agrícola para cultivo orgânico, uma série de aprendizados ligados a uma consciência mais social e ética.

A partir desse projeto de extensão, surgiu a proposta de pesquisa abordada neste relato, que teve como objetivo geral compreender as contribuições da implementação das hortas comunitárias nas APACs. Em razão do exposto, esta pesquisa analisou as vantagens econômicas, sociais e nutricionais da implementação das hortas comunitárias nesse sistema prisional alternativo.

As hortas comunitárias desempenham um papel importante no desenvolvimento local, na segurança alimentar, no abastecimento da microrregião, na geração de renda e no empoderamento dos produtores e na ocupação de áreas antes ociosas. No município de Sete Lagoas-MG, ainda apresentam uma particularidade, pois há 34 anos é desenvolvido o projeto Hortas Comunitárias Urbanas, que beneficia aproximadamente 325 famílias, ocupando um total de 22 hectares, distribuídos em sete hortas pela cidade. Assim, o município se tornou uma referência nacional em hortas comunitárias urbanas, sendo um nicho de alto potencial para reinserção dos egressos do sistema prisional.

A APAC é uma entidade civil de direito privado, com personalidade

jurídica própria, dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é um importante diferencial no método. Há também a municipalização da execução penal: o condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, dando preferência para que o preso permaneça na sua terra natal ou onde reside sua família. Assim, o que motivou a escolha desse público para desenvolvimento dessa pesquisa foi o baixo índice de reincidência em crimes, se comparado ao sistema prisional convencional e a sinergia entre os benefícios propiciados pelas hortas, seja dentro dessa unidade prisional ou fora dela quando egressos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Método APAC

A criminalidade como fenômeno social permeia a sociedade contemporânea, sendo que as formas de punição e de controle social encontram-se inseridas em cada forma de estado, vindo a condicionar suas peculiaridades. E o ilícito, ao lesar os bens mais importantes da sociedade é passível de pena (FOUCAULT, 1996).

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e um sistema prisional superlotado. Segundo o relatório do Sistema Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN) lançado em abril de 2016, os dados referentes a dezembro de 2014 mostram que a população carcerária brasileira chega a mais de 622 mil detentos. O diagnóstico aponta ainda que, se considerado o número de pessoas que entraram e saíram do sistema penitenciário nacional ao longo de 2014, pelo menos um milhão de brasileiros vivenciaram a experiência do encarceramento, no período de um ano (INFOPEN, 2016).

O Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA), em um termo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizou uma pesquisa sobre a reincidência criminal no país. Esta pesquisa aponta que a taxa de reincidência no sistema carcerário comum é de 70% a 85%. Os dados alarmantes chamam a atenção para a necessidade de estudos aprofundados sobre a função, ou não,

ressocializadora das prisões, o fenômeno da reincidência criminal e seus fatores determinantes, bem como sobre a eficácia de dispositivos alternativos como meios de contornar esta crise no sistema prisional brasileiro (IPEA, 2015).

A superlotação, as péssimas condições sanitárias das cadeias e a precária assistência médica, jurídica, social, educacional e a falta de capacitação profissional dos condenados são fatores apontados como possíveis determinantes para o alto índice de reincidência dos ex-cumpridores de penas privativas de liberdade, ou seja, uma forma de punir os delitos cometidos pelo homem, por meio da reclusão ou detenção.

É importante ressaltar os danos que a prisão acarreta não apenas para as pessoas encarceradas, como também para seu círculo familiar. É preciso se investir em soluções mais adequadas, como alternativas penais, programas de trabalho e educação, entre outras, que promovam uma real reinserção desse indivíduo à sociedade. É nesse contexto que surge a APAC, criada em 18 de novembro de 1972, em São José dos Campos (SP), pelo advogado Mário Ottoboni e um grupo de amigos, com o objetivo de amenizar as aflições de uma população sempre sobressaltada com as constantes rebeliões e atos de inconformismos dos presos que viviam amontoados na cadeia pública da cidade (OTTOBONI, 2006).

A APAC se baseia na valorização humana e religiosidade. Sua proposta é oferecer condições para que os detentos possam se recuperar de forma efetiva. Visam a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas. A Associação é filiada à Prison Fellowship International (PFI), órgão consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU) e à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), entidade que regulamenta e fiscaliza as APAC distribuídas pelo Brasil e pelo mundo. A obra do criador da metodologia, Ottoboni, baliza a descrição das Associações e de suas peculiaridades (OTTOBONI, 2006).

Em Minas Gerais, a primeira APAC foi fundada em 1986, no município de Itaúna, região Centro-oeste do Estado. A filosofia “apaqueana” foi levada para a cidade e de lá se expandiu para outras comarcas do estado e do país. A APAC de Itaúna, por seus resultados, tornou-se referência nacional e internacional, no que diz respeito à

recuperação de presidiários, e serve como modelo para outras unidades (SILVA, 2012).

Apesar de ser pouco conhecido, o método APAC está presente no Brasil em 17 estados, em um total de 147 unidades, e em mais 23 países: Uruguai, Chile, Paraguai, Equador, Colômbia, Antígua e Barbada, Costa Rica, México, Estados Unidos, Canadá, Rússia, Lituânia, Letônia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Bulgária, Quirguistão, Paquistão, Uganda, Zimbábue, Nigéria e Senegal (CARVALHO, 2015).

Assim como no sistema convencional, os recuperandos passam pelo regime fechado, semiaberto e aberto. (GUIMARÃES JÚNIOR, 2005). A partir das experiências obtidas no projeto experimental desenvolvido em São José dos Campos-SP, chamado de APAC-mãe, Ottoboni (2006, p. 30) definiu:

um método de preparação do recuperando, para devolvê-lo ao convívio da sociedade. O Método APAC parte do princípio de que todo ser humano é recuperável, desde que receba um tratamento adequado. Toda pessoa é maior que seu próprio erro.

Dentro desse método, elencou-se doze elementos essenciais no sucesso do processo de recuperação. São eles: 1. Envolvimento com a comunidade; 2. Ajuda mútua – recuperando ajudando recuperando; 3. Trabalho; 4. Religião; 5. Assistência jurídica; 6. Assistência à saúde; 7. Valorização humana; 8. Família; 9. Trabalho voluntário; 10. Centro de Reintegração Social; 11. Mérito; 12. Jornada de Libertação com Cristo – autoconhecimento.

Esses elementos objetivam uma convivência sadia entre os recuperandos, ocupação do tempo com atividades produtivas e educacionais, interação com a comunidade, desenvolvimento da consciência de que são capazes de praticar atos benevolentes; evitar ao máximo a ociosidade e garantir uma profissionalização do indivíduo. Tudo isso a fim de facilitar a ressocialização e reinserção no mercado de trabalho. O recuperando que cumpre pena na APAC deve ter direito também a assistência jurídica e médica, de modo que tenha sempre ciência da sua situação processual e que tenha acesso a condições

básicas de saúde. E isso acontece a partir de uma equipe composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, dentistas, entre outros. Todos realizando trabalhos voluntários (TJMG, 2011).

Uma das principais e mais impactantes diferenças entre o Método APAC e o sistema carcerário convencional é que, no primeiro, os recuperandos são responsáveis pela própria recuperação. A segurança e disciplina do presídio são garantidas com a colaboração deles e sem a presença de policiais ou agentes penitenciários, com suporte de funcionários, voluntários e diretores das entidades. As chaves do presídio ficam em poder dos próprios recuperandos, que se dividem em três categorias conforme o crime e execução penal, regime aberto, semiaberto e fechado.

Dentro da organização, o trabalho ocupa o primeiro lugar na escala de recuperação. Por meio dele, o recuperando tem a oportunidade de regressar para a sociedade com uma capacitação profissional, reduzindo, assim, as taxas de reincidência no crime. Além disso, a cada três dias trabalhados, o preso reduz um dia na sua pena (COUTINHO, 2009).

No regime fechado, os recuperandos realizam atividades artesanais, como pintura de quadros e azulejos, grafite, técnicas em cerâmica, confecção de redes, trabalhos em madeira e em garrafas pet. O trabalho, neste caso, é voltado para a descoberta dos valores dos recuperandos, de modo que eles possam exercitar a criatividade e perceber a possibilidade da mudança (OTTOBONI, 2006).

Já o regime semiaberto é voltado para a profissionalização dos recuperandos. São disponibilizados cursos de formação de mão-de-obra, em padaria, oficina mecânica, bolsas de estudos, informática. E onde se desenvolveu o projeto de extensão que originou essa pesquisa, com a formação em horticultura. O regime semiaberto é o momento propício, ideal para a preparação de mão-de-obra especializada, além de se constituir, evidentemente, em um período de observação de conduta para o próximo passo a ser dado, que é o regime aberto (OTTOBONI, 2006). A APAC determina que, para ser considerado apto ao regime aberto, o recuperando já deve estar reintegrado socialmente e, assim, poder escolher exercer uma profissão. Para isso, ele deve apresentar uma proposta de emprego compatível com sua

especialidade e ter apresentado um bom comportamento durante o cumprimento da pena (SILVA, 2012).

Ainda de acordo com os dados do INFOPEN, quase 51% dos presos no sistema carcerário comum são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto. Diante deste panorama, a Metodologia APAC foca especialmente a educação, a fim de suprir as deficiências do modelo convencional. Dentro da Associação, o recuperando é obrigado a completar os estudos no ensino fundamental e médio. Além disso, são oferecidos diversos cursos de formação de mão-de-obra especializada para que, ao retornar ao convívio da sociedade, ele possa ter um respaldo para sustentar-se e não voltar ao crime (INFOPEN, 2016).

Os recuperandos são também responsáveis pela limpeza de todo o local e preparam todos os alimentos consumidos. Também devem exercer as funções produtivas específicas de cada unidade, como marcenarias, fábricas de blocos de concreto, artesanatos, suinocultura, piscicultura, alternativas para alimentação e geração de renda. Buscando a valorização humana e como forma de resgatar a sociabilidade do indivíduo sentenciado, eles têm alguns horários livres para o lazer e são permitidas as visitas dos familiares todos os domingos (SILVA, 2012).

De acordo com a metodologia, é preciso preparar não só o recuperando, mas também os familiares para que ambos saiam revitalizados após o cumprimento da pena. Os dados estatísticos do IPEA nos dão conta de que, entre os fatores determinantes da criminalidade, a família comparece com 98%. Trabalha-se dando um suporte à família, uma vez que grande parte dos lares é desestruturada (IPEA, 2015).

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) definiu as condições necessárias para que o preso possa ser transferido para uma APAC: é imprescindível que ele já tenha sua situação jurídica definida, ou seja, que esteja com a condenação transitada e julgada; o sentenciado deve manifestar por escrito o desejo da transferência; a família do condenado deve ter residência na comarca onde a associação está sediada; e, por fim, há uma lista de espera que independe do tipo de delito cometido ou do tempo de condenação do indivíduo (TJMG, 2011).

Entre as principais limitações desse método alternativo estão o baixo

número de abrigados diante da enorme população carcerária do país e a dificuldade de reinclusão econômica por parte dos egressos. Surge assim, a necessidade de se trabalhar estratégias dentro da APAC para facilitar a reinserção econômica dos recuperandos, o que é feito por meio de atividades de capacitação.

Diante do exposto, as hortas comunitárias se mostram como uma estratégia viável para a APAC-Sete Lagoas no que diz respeito à capacitação em horticultura, como facilitador para adoção dessa atividade como fonte de geração de renda para os egressos do sistema penal.

Hortas Comunitárias de Sete Lagoas

As cidades desempenham uma função essencial para o desenvolvimento socioeconômico. No Brasil, nos últimos 50 anos, o crescimento urbano transformou e inverteu o perfil populacional, formando, assim, zonas de concentração demográfica com baixa qualidade de vida. A sustentabilidade das cidades é um dos temas de preocupação atual, e é válido ressaltar que contempla três pilares: ambientalmente correto, socialmente aceito e economicamente viável.

A agricultura urbana consiste em cultivar, produzir, processar e distribuir uma diversidade de produtos alimentícios, utilizando os recursos humanos e materiais, encontrados dentro ou ao redor da área urbana e se apresenta então como uma estratégia viável na busca por cidades sustentáveis. Contribui para reduzir a pobreza e os riscos de fome, gerando renda, permitindo a aquisição de produtos frescos e proporcionando uma melhor qualidade de vida (MOUGEOT, 2000).

Outra preocupação atual é o aproveitamento de espaços ociosos no âmbito das cidades, cada vez mais necessário, e é ainda mais apreciado quando a intervenção tem o sentido de beneficiar a comunidade. Assim, o cultivo de hortaliças em áreas urbanas desponta, pois além de ocupar tais espaços, é uma alternativa de geração de renda para populações em vulnerabilidade social (CALBINO, 2015).

As hortas comunitárias são um exemplo de agricultura urbana que, geralmente, são instaladas em áreas urbanas ociosas e se destinam ao cultivo de hortaliças, plantas medicinais, produção de mudas, frutas e

outros alimentos, abastecendo as famílias que moram próximas desses terrenos com seus produtos. Os objetivos que normalmente estão relacionados a esse tipo de horta são: utilização racional de espaços, desenvolvimento local, segurança alimentar, formação de microclimas, manutenção da biodiversidade, escoamento de águas das chuvas, diminuição da temperatura e geração de renda, ou seja, as hortas podem interferir de diversas formas na qualidade de vida da população urbana (ARRUDA, 2006; HIRATA; GOLLA; HESPANHOL, 2010).

As Hortas Comunitárias de Sete Lagoas surgiram, no início das décadas de 1980, como forma de gerar emprego e renda para a comunidade local. Os recursos iniciais para a implantação das hortas eram e ainda são originários da Prefeitura Municipal em parceria técnica com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). A primeira horta urbana surgiu em 1982, com a participação inicial de 35 famílias. Com o aumento da população e o crescimento da cidade, este modelo foi espalhado para sete regiões da cidade.

Todas as hortas são instaladas em áreas ociosas. A Prefeitura faz um estudo de viabilidade que contempla um levantamento topográfico, análises do solo, análise de disponibilidade e qualidade de água, e uma avaliação de impactos ambientais. Posteriormente, é feito o cercamento da área, a divisão das quadras, e disponibilizado às famílias um kit para início das atividades, contendo mangueiras para irrigação, sementes e composto orgânico (CALBINO, 2015).

Depois da preparação do solo, são construídos tanques de alvenaria, para cada duas quadras, alambrado protetor da horta e levantados os canteiros que medem 1 metro de largura e 15 a 20 centímetros de comprimento, espaçados em 50 a 60 centímetros. Podem ser plantadas quaisquer hortaliças, porém sem o uso de agrotóxicos. Para ser admitido no projeto, a família passa por uma avaliação, que inclui entrevista com assistente social e emissão de laudo para a Prefeitura. Após aprovação, cada família obtém uma área individual de 360 metros quadrados denominada quadra, que não pode ser emprestada ou alugada (CARVALHO; TEIXEIRA; FRANÇA, 2009).

Ressalta-se também a ênfase no seu caráter agroecológico. Os produtores são orientados a cultivar diversidades de hortaliças e plantas

medicinais, e terem certos cuidados quanto à segurança na produção dos alimentos, priorizando a sustentabilidade do sistema, sem o uso de agrotóxicos. De acordo com dados da pesquisa de Carvalho (2006), foi identificado o plantio de mais de 30 culturas diferentes, sendo que as principais culturas produzidas são alface, couve e cebolinha que dominam a produção de 70% dos produtores entrevistados. Quanto a sua biodiversidade, registrou-se que mais de 72% dos produtores produzem pelo menos quatro culturas, além do cultivo de plantas medicinais, o que ilustra sua contribuição no abastecimento alimentar (CARVALHO, 2006).

Dessa forma, as hortas comunitárias se consolidam como uma política pública exitosa no município mineiro de Sete Lagoas, atendendo a tríade da sustentabilidade, com contribuições econômicas, ambientais e sociais. Segundo o estudo realizado por Calbino (2015), observa-se também a importância dada às relações de amizade, de lazer e de entretenimento enquanto sentidos do trabalho nas hortas. Constatou-se uma ênfase na satisfação do trabalho relacionada à relevância dos benefícios gerados para a sociedade, que envolvem retornos na produção de alimentos e saúde oriunda dos produtos orgânicos. Tal constatação torna ainda mais interessante à prática da horticultura dentro das APAC.

METODOLOGIA

No presente estudo, a metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa proveniente do projeto de extensão desenvolvido de agosto de 2014 a dezembro de 2015. Entende-se nesse trabalho que pesquisa qualitativa trata-se uma metodologia de pesquisa exploratória baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema. Nesse tipo de pesquisa, os entrevistados constituem ideias livres a respeito e um determinado tema (MATTOS, 2005). Em outras palavras, o pesquisador busca compreender e interpretar a importância dos fenômenos estudados.

Com o intuito de compreender os avanços e contribuições, no que se refere às coletas de dados, utilizou-se um questionário, diário de campo, fotografias e observação direta na APAC. Tais coletas de dados, realizadas durante dezessete meses, possibilitaram a criação

de três categorias de análise: 1. Retornos das hortas na inclusão econômica; 2. Avanços sociais gerados pelas hortas comunitárias; 3. Contribuições deste trabalho na diversidade alimentar e nutricional dos recuperandos.

A entrevista conversacional livre pode ser definida pelos diálogos espontâneos inerentes à interação, sem que haja uma previsão de perguntas nem de reações a elas (MATTOS, 2005). A escolha por essa técnica ocorreu pelo longo tempo disponível com os recuperandos na APAC. Deste modo, os relatos apresentados basearam-se na síntese das percepções subjetivas, por meio do convívio na instituição e das falas dos recuperandos.

A justificativa para a escolha do método baseou-se na pesquisa participante, em que foram acompanhadas e realizadas atividades operacionais técnicas durante o projeto, para melhor compreender a lógica de organização coletiva do trabalho e participar das atividades operacionais e administrativas.

Caracterização do Projeto

O projeto foi desenvolvido no município mineiro de Sete Lagoas, localizado a aproximadamente 70 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado, com condução nas áreas internas da APAC, situada no bairro Jardim Amélia. A área utilizada tem aproximadamente 300 m² e se situa próximo ao galpão de fabricação de blocos de concretos.

A coordenação do sistema prisional fez uma pré-seleção dos participantes com base no bom comportamento e no interesse em trabalhar na horta. Foi aplicado um questionário com fim de diagnóstico, para identificação dos perfis e expectativas dos envolvidos, e para que, ao final, fosse possível analisar os indicadores de desempenho do projeto. Todos os recuperandos do regime semiaberto assistiram aulas teóricas, mas apenas os selecionados desenvolveram as atividades práticas. Assim, durante os dezessete meses, participaram das atividades teóricas e práticas três grupos com dez recuperandos cada.

Os recuperandos do regime semiaberto foram instruídos pelos membros da Empresa Júnior de Agronomia (EJAGRO-UFSJ), por

meio de palestras e treinamentos teórico-práticos, conforme Figura 1, nos quais foram abordados temas como: agroecologia, solos, horticultura, culturas sazonais, formação e espaçamento de canteiros e plantas, manejo integrado de pragas, produção de caldas alternativas, compostagem, entre outros.

Figura 1 – Treinamento teórico para os recuperandos.



Fonte: Foto tirada por um recuperando (2015).

As atividades práticas foram desenvolvidas pelos recuperandos, como por exemplo, preparação dos canteiros, preparação de caldas alternativas, plantio, manutenção, tratos culturais, colheita, sob a orientação dos alunos voluntários e parceiros convidados.

Como estímulo para uma alimentação saudável e com maior diversidade foram cultivadas espécies olerícolas amplamente consumidas na região, como alface, couve, cenoura, salsinha, cebolinha, chuchu, couve-flor, mandioca, rabanete, brócolis, alho-poró e manjeriço. No entanto, incorporaram-se também hortaliças não convencionais, a fim de promover o resgate dessas culturas e aumentar a diversidade alimentar e nutricional durante as refeições na unidade prisional. Foram elas: taioba, ora-pro-nóbis, almeirão, vinagreira, capuchinha, azedinha, peixinho, chuchu-de-vento e mostarda.

Figura 2 – Atividade prática orientada: preparação de canteiros.



Fonte: Aline Oliveira Souza, 2015.

Os recursos financeiros, assim como materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento e a execução do projeto, foram adquiridos por meio de doações recebidas pela EJAGRO-UFSJ para fins de viabilização. Os produtos oriundos da atividade hortícola desenvolvida foram destinados para o consumo interno dos recuperandos.

As atividades teórico-práticas aconteceram ordinariamente de 15 em 15 dias e quantas vezes foram necessárias extraordinariamente. A responsabilidade quanto à inserção dos parceiros externos como professores especializados nas respectivas áreas, alunos voluntários da UFSJ, entidades e demais pessoas e/ou empresas foram incorporadas ao longo do projeto.

A partir do questionário aplicado (Anexo 1), caracterizou-se o perfil dos trinta recuperandos que participaram do projeto durante os três ciclos. A média de idade foi de 29 anos. A maioria estava concluindo o ensino médio, pois é uma obrigatoriedade estudar dentro da APAC. Assim, como egressos e ainda sem qualificação profissional, eles poderão ter dificuldade de inserção no mercado formal, tendo assim, a horticultura como uma opção dentro da informalidade.

Dos participantes, 34% já possuía algum contato com a agricultura de forma empírica, 86% nunca teve a horticultura como trabalho/ fonte de renda, e 24% não sabia explicar o que é uma horta orgânica. Ao final do primeiro ciclo, todos os recuperandos que tiveram acesso às palestras sabiam explicar sem dificuldade o conceito e os princípios de uma horta orgânica.

RESULTADOS

² Por questões de políticas públicas e segurança nacional, os valores monetários não foram informados no projeto.

Um dos primeiros resultados observados na implementação das hortas comunitárias na APAC, tratou-se dos retornos do ponto de vista econômico. Segundo a psicóloga envolvida no projeto de extensão, “ao criarem um sistema de pequena produção, isso contribuiu para o aumento da renda da unidade prisional, uma vez que diminuiu os gastos² com alimentação, permitindo que o dinheiro poupado seja aplicado na solução de outras demandas”.

Ressalta-se que as APAC recebem do governo um aporte financeiro pequeno. Toda a gestão financeira é feita por meio da comercialização dos produtos oriundos da unidade, como visto no referencial, assim, tem-se mais um retorno econômico com essa economia gerada pela produção de hortaliças.

Há um caso específico de um recuperando que cumpriu sua pena, participou do processo de avaliação socioeconômica da Prefeitura e hoje tem duas quadras na horta Vapabuçu:

Todo o tempo que fiquei dentro da APAC pensava em como iria me sustentar quando saísse, porque a gente sabe que não é visto com bons olhos, muita gente não acredita na nossa transformação. Aí quando chegou o pessoal da universidade com o projeto da horta, eu já me interessei. Gosto de trabalhar com a terra e vi uma oportunidade porque pertinho da minha casa tem uma horta grande e vende muito. Me dediquei, aprendi muito e quando terminei de cumprir a pena eu fui na Prefeitura pedir informação. Eles pediram vários documentos, eu arranjei, levei, demorou, mas eu consegui, estou trabalhando lá e já consigo tirar um salário e meio. Eu quero fazer faculdade e o trabalho na horta vai me ajudar a conseguir. (Egresso 1, 33 anos).

Por meio do relato desse egresso fica clara a sinergia entre os objetivos da APAC e os objetivos das hortas comunitárias urbanas, contribuindo

no processo de recuperação sob o método APAC, por meio do trabalho, do conhecimento, da oportunidade para geração de renda, consolidando, assim, uma alternativa viável para reinclusão econômica dos egressos desse sistema prisional no município.

Os resultados da pesquisa apontam também que o projeto contribuiu para avanços sociais e psíquicos como o reforço do convívio social entre recuperandos e voluntários, por meio do desenvolvimento de atividades em conjunto, atendendo a um dos doze elementos essenciais no método APAC: envolvimento e interação com a comunidade. Resultado este também percebido pelos recuperandos, conforme relato abaixo:

A melhor coisa da horta é que o trabalho é tranquilo, acalma. A gente aprende várias coisas novas, umas eu já até sabia, mas não sabia que tinham um nome diferente e que os profissionais também usam. Ah! E como o trabalho é em grupo, é legal saber que nossos esforços ajudam todo mundo da APAC nas nossas refeições. (Recuperando 2, 38 anos).

Outro participante destacou a importância da horta comunitária para sua vida: “As atividades na horta são muito relaxantes e me lembram dos velhos tempos em que trabalhava na roça, as amizades, a família... Minha avó fazia peixinho pra gente, eu adoro” (Recuperando 3, 61 anos). Tal depoimento nos permite inferir que existe também uma contribuição para o resgate dos laços familiares, com base nessas memórias reativadas com a implantação das hortas, o que se apresenta convergente aos elementos essenciais do método APAC, que busca o resgate e fortalecimento dos vínculos familiares.

A funcionária da APAC Sete Lagoas que acompanhou o projeto também relata: “É uma enorme satisfação acompanhar o trabalho dos participantes da horta, pois demonstram entusiasmo e vontade em cada etapa, participando mais do dia a dia da APAC e desenvolvendo constantemente suas habilidades”.

Notou-se que as atividades das hortas deixaram os recuperandos participantes mais dispostos, alegres e com um melhor convívio entre si, levando-os a uma maior comunhão e melhor relacionamento social,

com um forte engajamento dos participantes, demonstrando dúvidas, perguntas e interesse tanto da horta que lá foi implantada como do meio ambiente como um todo.

Ressalta-se a melhora estética do espaço com a ocupação de áreas antes ociosas com as hortas, gerando um ambiente mais agradável, colorido e que proporciona maior bem-estar, conforme observado nas Figuras 3 e 4. Devido à aceitação da proposta e envolvimento da equipe, outras pequenas áreas ociosas também se tornaram hortas, distribuídas por toda unidade, ampliando as áreas de cultivo e sua consequente produção.

Figura 3 – Área no início do projeto.



Fonte: Aline Oliveira Souza(2015).

Figura 4 – Área das hortas no desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Aline Oliveira Souza (2015).

Devido à unidade APAC Sete Lagoas localizar-se em um município no qual a agricultura é presente, vários recuperandos são provenientes da zona rural e já têm uma grande afinidade com esse tipo de atividade.

Foram trocados os conhecimentos dos alunos do curso de Engenharia Agrônômica da UFSJ com os participantes do projeto. A experiência foi bastante significativa para os alunos voluntários também, promovendo a extensão rural. Os usuários participantes mostram-se

ativos e sociáveis, orgulhosos de seu feito, mostram-se dispostos a cuidar de sua horta.

As vistas constantes da equipe comprovam que a horta vem sendo bem cuidada e regada. Mais uma vez, atendendo aos objetivos da metodologia APAC de recuperação, ressocialização e reinserção no mercado de trabalho.

Outro resultado obtido foi a aquisição de conhecimentos técnicos absorvidos durante as aulas teóricas, nas quais foram abordados os seguintes temas: produção de mudas, formação de canteiros, preparo e correção do solo, espaçamentos e coveamento, plantio das mudas, adubação orgânica, manejo de irrigação, pragas e doenças, caldas alternativas, controle biológico, ponto de colheita, colheita, pós-colheita, receitas com hortaliças não convencionais e agroecologia geral.

Esse relato chamou atenção por confirmar que os hábitos alimentares realmente foram impactados: “Tem sido muito bom a oportunidade de cultivar e consumir alimentos orgânicos e saudáveis, acho que eu nunca tinha comido porque são caros, aí a gente planta, colhe e come aqui, tem coisa que eu nunca tinha ouvido falar e agora eu gosto muito, tipo essa azedinha” (Recuperando 1, 26 anos).

Com a implantação das hortas na APAC, assegurou-se a segurança alimentar e nutricional, que consiste no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O projeto permitiu a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, e promoveu a conservação da biodiversidade, ao fomentar a diversidade de produtos alimentícios cultivados; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação dos recuperandos, com a garantia da qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida mais saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no referencial teórico e nos relatos empíricos, as hortas comunitárias no Brasil contribuem para a redução da pobreza e dos riscos de fome, gerando renda para os envolvidos, permitindo o consumo de produtos frescos e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

No município de Sete Lagoas, objeto empírico do presente estudo, foi possível observar que o conhecimento teórico e prático sobre horticultura adquiridos pelos recuperandos se tornaram uma oportunidade possível para o processo de reinserção no mercado de trabalho. Constatou-se que alguns recuperandos se identificaram tanto com a produção de hortaliças que passaram a ter o desejo de participar do projeto municipal de hortas comunitárias ou cultivar suas próprias hortas urbanas com objetivos econômicos, quando egressos do sistema.

Tais resultados da implantação das hortas vão ao encontro dos pilares defendidos pelo método APAC retratadas no início deste texto.

Conclui-se que o projeto atende a perspectiva do método APAC que visa à recuperação do indivíduo, sua reintegração social e reinclusão econômica, respeitando e utilizando racionalmente o meio ambiente e seus recursos, em total sinergia com a lógica das hortas urbanas comunitárias. Dessa forma, o projeto corrobora para consolidação das hortas como uma potencial alternativa de promoção de reintegração social e, por isso, também para a geração de renda. Merece análises e expansões enquanto uma política pública na área de extensão.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J; ARRAES, N, A. Análise do programa de hortas comunitárias em Campinas-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 221-228, 2011.

CALBINO, P. D. Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ, 13.,

2015, Sete Lagoas. **Anais...** Sete Lagoas: UFSJ, 2015.

CASTRO, O. G. **A ressocialização de detentos da prisão provisória de Curitiba estimulada pela arte-educação:** relato de experiência. 2004. 174 f. Monografia (Especialização em Música Popular) – Faculdade de Artes do Paraná, Curitiba, 2004.

CARVALHO, E. R. **Plantando em quarteirões:** um estudo de caso sobre a agricultura urbana em Sete Lagoas. 2006. Monografia (Especialização em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARVALHO, E.; TEIXEIRA, A; FRANÇA E. As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas-MG. In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DE INCENTIVO AO CONSUMO DE FRUTAS E HORTALIÇAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, 5., 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2009.

CARVALHO, J. Políticas públicas prisionais: a APAC de Pouso Alegre e a sociedade. In: SEMANA DE CIENCIA POLÍTICA DA USFSCAR, 3., 2015, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCAR, 2015.

COUTINHO, A. L. **Família, trabalho e religião:** fatores de reintegração do detento? Um estudo comparativo e descritivo entre o sistema prisional comum e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1996. 288 p.

GUIMARÃES JÚNIOR, G. Associação de proteção e assistência aos condenados: solução e esperança para a execução da pena. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 882, p. 101-106, dez. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7651>>. Acesso em: 12 maio 2017.

HIRATA, A. C; GOLLA, A. R.; HESPANHOL, R. A. de M. Caracterização da horticultura como uma estratégia de agricultura urbana em Presidente Prudente, São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 34-43, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2010/tec3-0110.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.**

2016. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Relatório de Pesquisa:** Reincidência Criminal no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com%20_content&view=article&id=25590>. Acesso em: 20 maio 2017.

MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, p. 823-847, julho. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6789>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MOUGEOT, L. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, Lima, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2000. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2006. 320 p.

SHECAIRA, S. S.; CORRÊA JUNIOR, A. **Pena e Constituição**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. 198 p.

SILVA, J. R. **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2012. 376 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG. **Programa Novos Rumos**. Belo Horizonte: TJMG, 2011.

Submetido em 16 de maio de 2017.

Aprovado em 28 de julho de 2017.

ANEXO 1



Implantação de Horta Agroecológica na APAC de Sete Lagoas

Questionário

1. Nome: _____
2. Cidade: _____
3. Idade: _____
4. Escolaridade: _____
5. Já teve alguma experiência com agricultura? Qual?
() Sim () Não

6. Você sabe o que é uma horta orgânica?
() Sim () Não
7. Você já trabalhou com hortas?
() Sim () Não
8. Quais hortaliças são de sua preferência? Cite três:

9. Você consome hortaliças com que frequência?
() Uma vez por semana
() Duas vezes por semana
() Três ou mais vezes por semana
() Não faz consumo
10. Você tem o interesse em trabalhar na implantação de uma horta orgânica?
() Sim () Não
11. Você acha que a implantação de uma horta pode ajudar na sua recuperação e no seu retorno à sociedade? Por quê?
() Sim () Não
